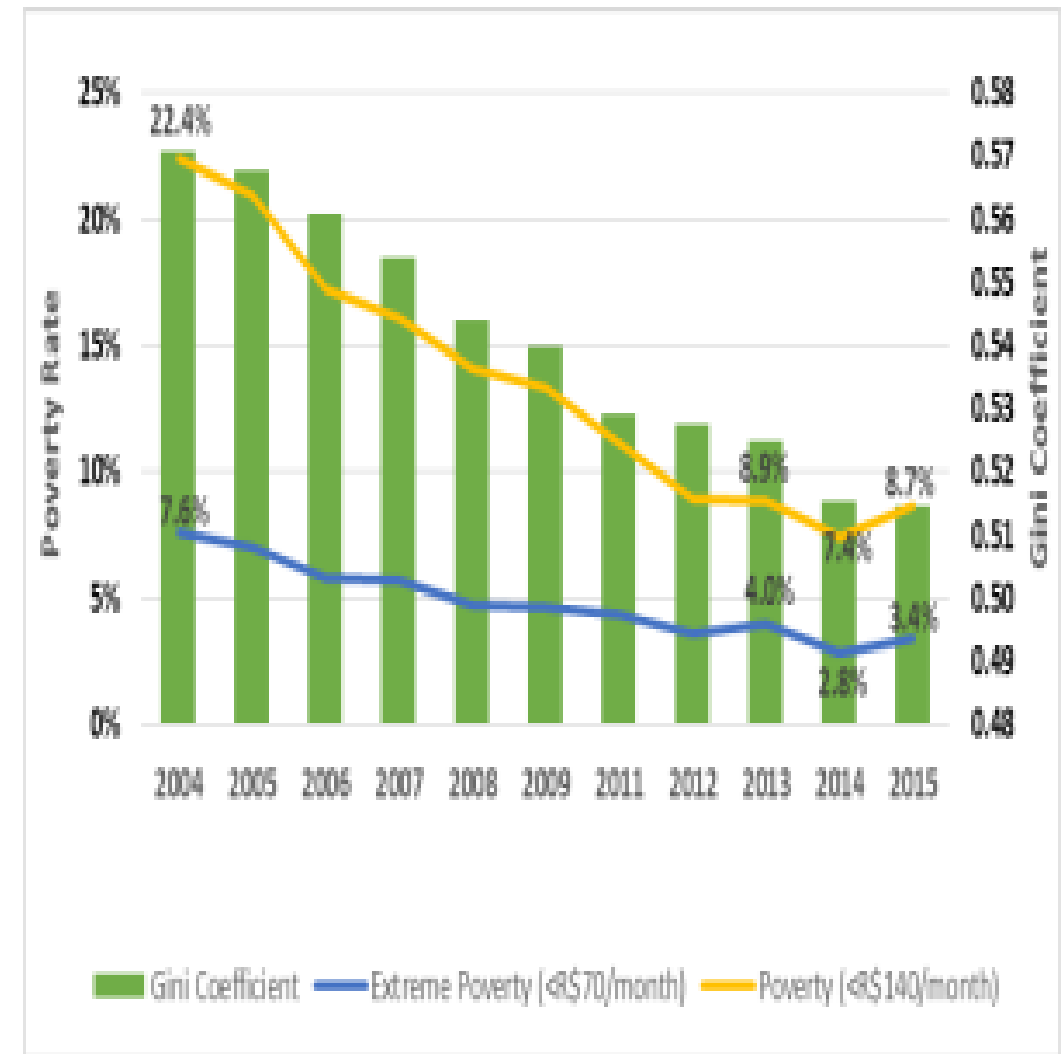


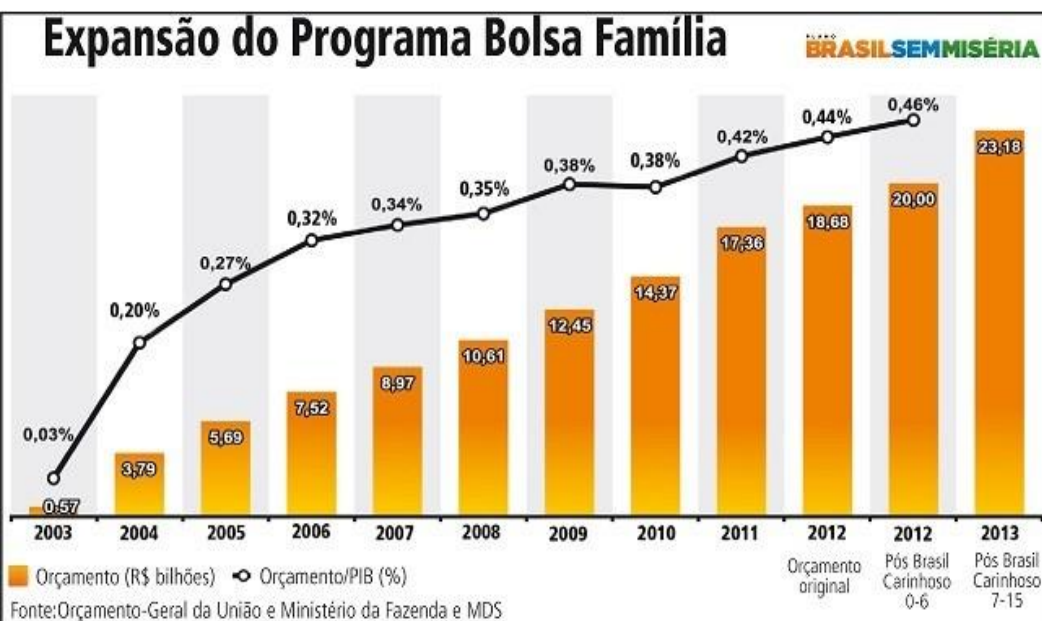
Ao longo das últimas décadas, **o Brasil reduziu seus índices de pobreza**, mas manteve estável a concentração de renda e riquezas no topo da pirâmide social. Entre 1988 e 2015 reduzimos de 37% para menos de 9% a parcela da população abaixo da linha da pobreza. Apenas entre 2004 e 2015, cerca de 28 milhões de pessoas saíram desta condição no Brasil.

Mas recentemente esta tendência inverteu-se: havia cerca de 16 milhões de pessoas no Brasil vivendo com menos de R\$140,00 mensais no início de 2015 e, segundo projeções do Banco Mundial, este contingente aumentaria entre 2,5 milhões e 3,6 milhões até o fim de 2017.

Figura 1: Progresso na Redução da Pobreza e Desigualdade no Brasil



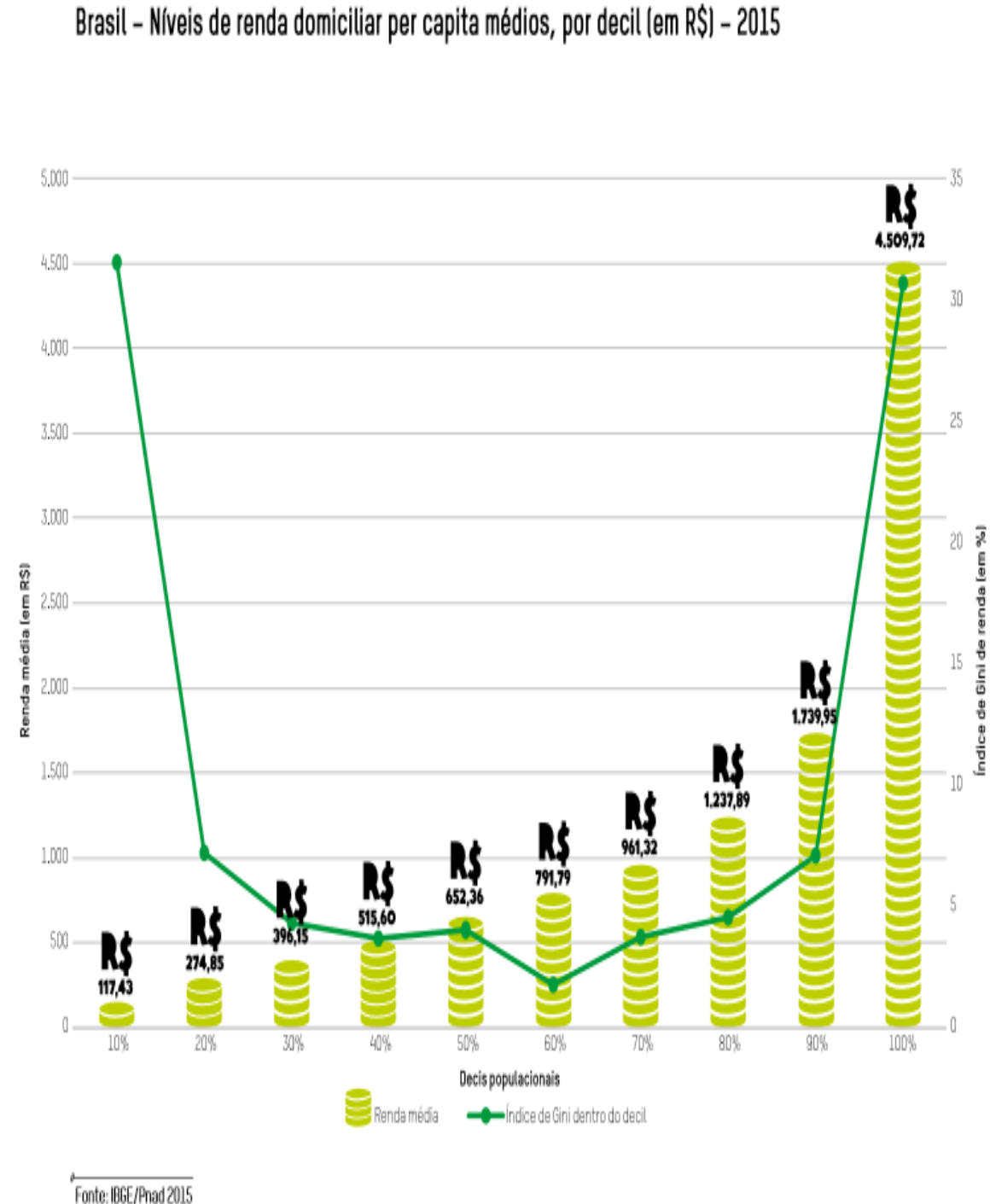
Fonte: Cálculos baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2004-2015.



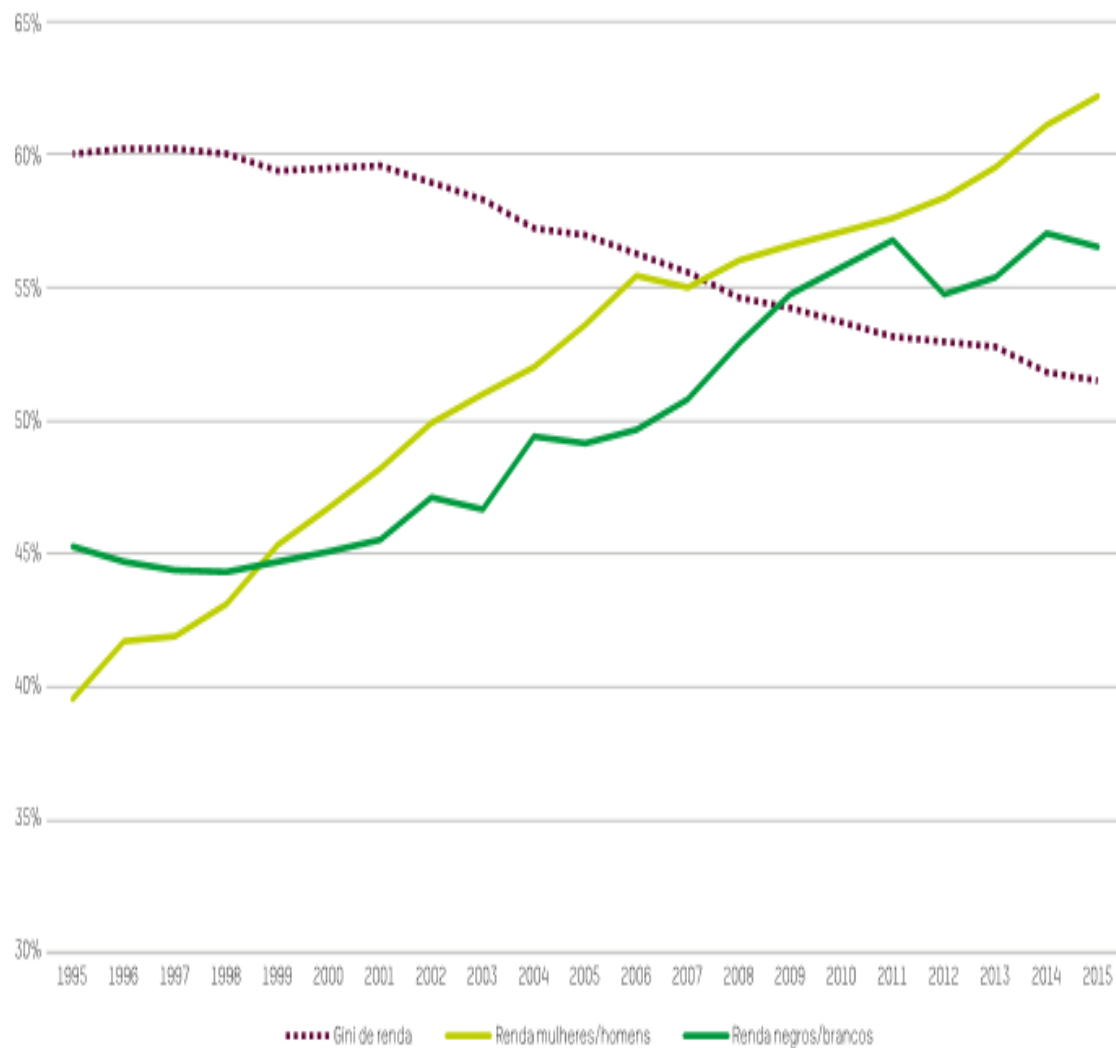
O que é e quem recebe o Bolsa Família?

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), cerca de 14 milhões de famílias recebiam o Bolsa Família no início de 2017, com um valor médio de 179,62 reais. O recurso repassado varia conforme o número de membros da família, sua idade e renda declaradas ao Cadastro Único para Programas Sociais do governo. O programa é direcionado para famílias extremamente pobres (com renda per capita mensal de até 85 reais) e pobres (com renda per capita mensal entre 85,01 reais e 170 reais). O recebimento mensal do benefício pelas famílias está condicionado à frequência escolar e ao uso de serviços de saúde materno-infantil.

Apesar da queda nos índices de pobreza, a **concentração de renda** no Brasil ainda segue uma das maiores do mundo. Segundo o relatório da Oxfam de 2017 “*A desigualdade que nos une*”, em 2015 60% dos brasileiros tinham uma renda mensal média per capita de até um salário mínimo (R\$792,00 em 2015) e 80% tinham uma renda mensal média per capita de até dois salários mínimos. Já os 10% mais ricos do Brasil tinham em 2015 rendimentos mensais médios per capita de R\$4.510,00, enquanto o 1% mais rico recebia em média R\$40.000,00 por mês. Em nosso país, este 1% mais rico da população recebe em média 25% de toda a renda nacional e os 5% mais ricos abocanham o mesmo que os demais 95%.



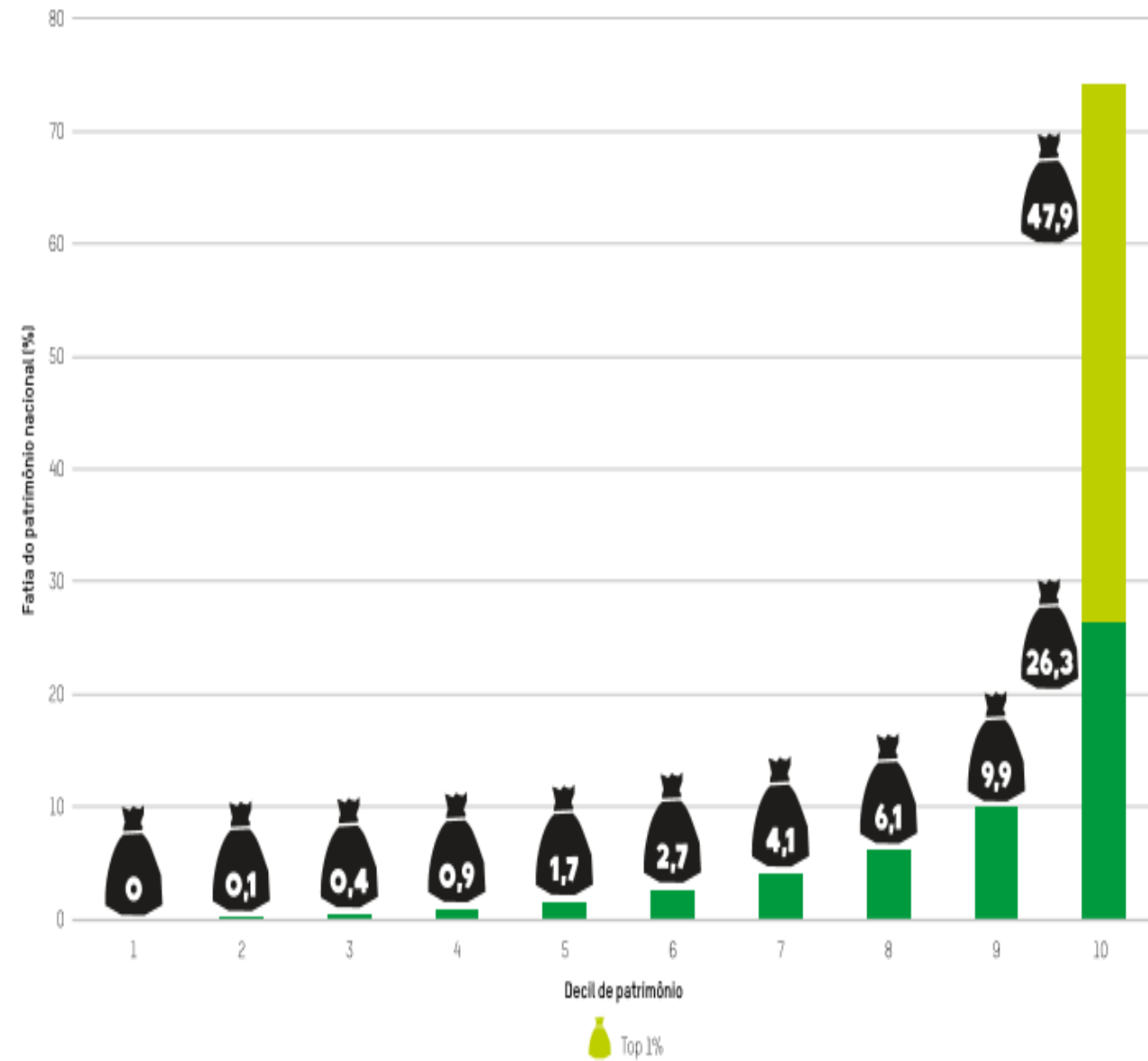
Brasil – Evolução do Gini da renda total, e proporção da renda total das mulheres em relação à dos homens e da renda total dos negros em relação à dos brancos, 1995-2015



Na **comparação do rendimento de homens e mulheres**, saímos de uma situação em que as mulheres ganhavam em média 40% do valor dos rendimentos do homem em 1995 para uma situação em que elas ganhavam em média 62% dos rendimentos deles em 2015. Mantida a tendência dos últimos 20 anos, a equiparação salarial entre homens e mulheres apenas ocorrerá em 2047. Na **comparação do rendimento de brancos e negros**, saímos de uma situação em que um negro recebia em média 45% do rendimento de um branco em 1995 para uma situação em que um negro recebia em média 56% do rendimento de um branco em 2015. Mantida a tendência dos últimos 20 anos, a equiparação salarial entre brancos e negros apenas ocorrerá em 2089

Se os dados de concentração de renda mostram profundas desigualdades entre as classes, os sexos e as raças no Brasil, é ainda excepcionalmente maior nossa **concentração de riqueza** (que inclui bens materiais como imóveis ou propriedades e bens financeiros como aplicações e ações). Segundo o relatório de 2017 da Oxfam, o 1% mais rico do país concentra 48% de toda a riqueza nacional e os 10% mais ricos ficam com 74%. Por outro lado, 50% da população brasileira possui menos de 2% da riqueza total do país. Hoje, seis brasileiros possuem a mesma riqueza que a metade mais pobre da população, mais de 100 milhões de pessoas

Brasil – Distribuição da riqueza no Brasil, por decil de riqueza (em %) – 2016





Neste contexto, destaca-se primeiramente a **excepcional concentração de terras** no campo brasileiro. Segundo o último censo agropecuário brasileiro, realizado pelo IBGE em 2006, 2.477.151 estabelecimentos rurais no Brasil (48% do total) possuem menos de dez hectares. Ainda segundo o censo, estas pequenas propriedades ou posses possuem conjuntamente apenas 2,3% do território brasileiro ocupado por estabelecimentos rurais. Por outro lado, apenas 45.578 estabelecimentos rurais brasileiros (0,92% do total) possuem mais de mil hectares, equivalente aproximadamente a seis parques do Ibirapuera. Estas grandes propriedades detêm 45% do território brasileiro ocupado por estabelecimentos rurais.

A **concentração imobiliária nas cidades** segue a mesma lógica. Segundo pesquisa do jornal *O Estado de São Paulo* com base nos valores venais dos imóveis da cidade (usado como referência pela Prefeitura para cobrar o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU) apenas 1% dos donos de imóveis de São Paulo concentra 25% de todos os imóveis e 45% do valor imobiliário da cidade. São cerca de 820 mil imóveis e R\$ 749 bilhões em casas, apartamentos, terrenos e outros bens registrados no nome de 22,4 mil proprietários, uma média de 37 imóveis ou R\$ 33 milhões em patrimônio por pessoa. Cerca de 9,6 mil empresas estão neste grupo de 1% dos maiores proprietários de imóveis da cidade, com destaque para os bancos.



LATIFÚNDIOS URBANOS

Grandes terrenos ociosos em SP devem o equivalente a um hospital em IPTU

1. O tamanho das áreas vazias

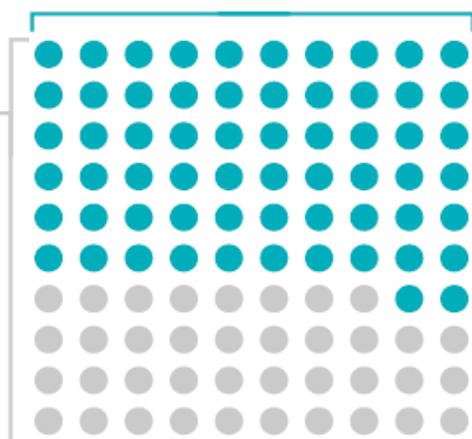
A soma dos cem maiores terrenos ociosos de São Paulo representa distritos inteiros da cidade, como Moema, Tucuruvi e Pinheiros



2. Dívidas com a prefeitura

Entre os cem terrenos ociosos, 62 devem IPTU ao município. As dívidas totalizam R\$ 180 milhões, o suficiente para construir um hospital com 250 leitos

62 devem
R\$ 180 milhões
em IPTU



3. Os maiores devedores

As dez maiores dívidas são de terrenos que, juntos, equivalem a um parque Ibirapuera

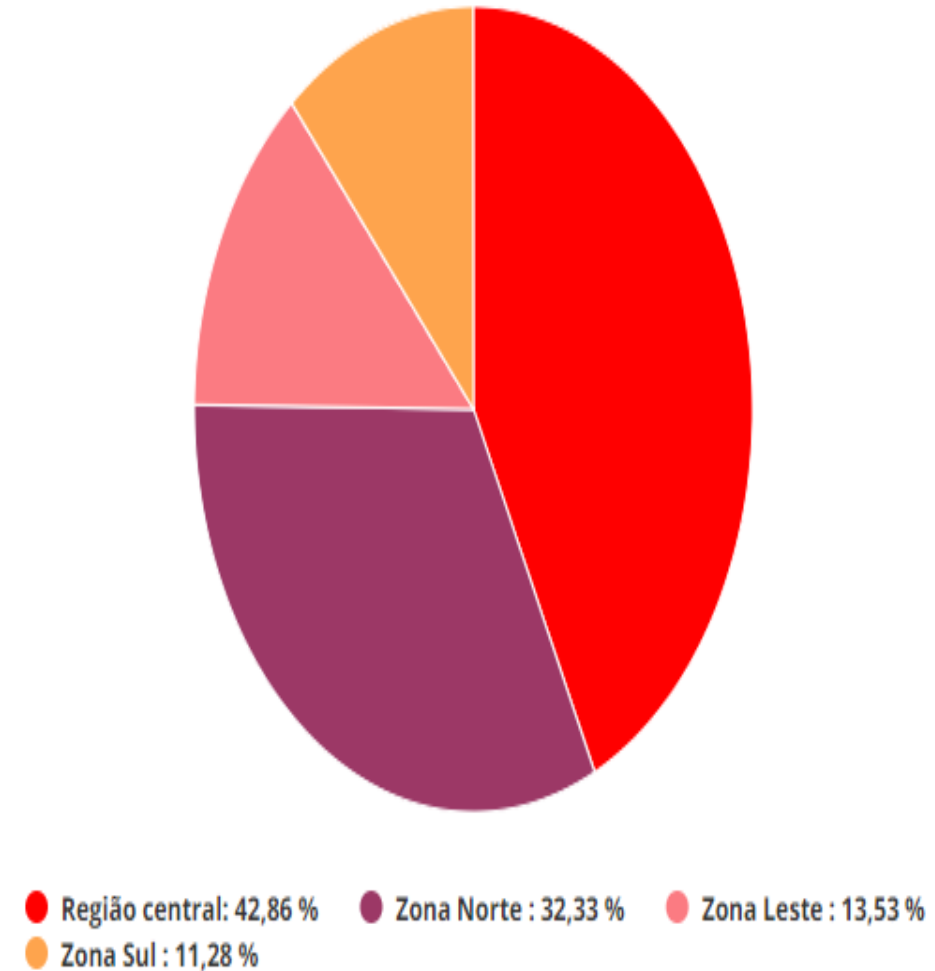
Folha de São Paulo, “Latifúndios urbanos de São Paulo devem um novo hospital em IPTU”, 05/01/2018

Segundo a prefeitura, a cidade de São Paulo tinha até 2016 cerca de 1.320 imóveis identificados e cadastrados como não utilizados, subutilizados ou não edificadas. Dentre eles destacam-se os chamados **latifúndios urbanos**, grandes terrenos completamente inabitados e muitas vezes com dívidas milionárias com a prefeitura. Dos 100 maiores terrenos desocupados da cidade, 62 tinham em 2018 dívida em Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), no valor total de cerca de R\$180 milhões. A área total destes 100 maiores terrenos ociosos é de 9,2 km², superior a bairros como Moema, Tucuruvi e Pinheiros, suficiente para a construção de condomínios verticais para 250 mil famílias.

Paralelamente, há em São Paulo uma severa ***escassez de moradias populares***, especialmente em regiões centrais próximas à maior parte dos locais de trabalho da população. Segundo o Plano Municipal de Habitação (PMH) de 2016, a capital paulista tem déficit habitacional de mais de 369 mil famílias. Outras 30 mil famílias recebem auxílio-aluguel e aguardam as moradias definitivas. O cenário de alto déficit habitacional paralelo à excepcional concentração e subutilização da terra urbana explica a multiplicação de ocupações promovidas por trabalhadores sem teto. Levantamento feito em 2017 pela Secretaria Municipal da Habitação aponta que 133 imóveis estão ocupados em toda a cidade de São Paulo.

Imóveis ocupados em São Paulo

Centro e Zona Norte são regiões com mais ocupações



O Globo, “São Paulo tem mais de 130 imóveis ocupados, aponta levantamento da prefeitura”,
16/10/2017



Mas a desigualdade em São Paulo vai muito além da questão da moradia. Segundo o Mapa da Desigualdade, elaborado pela rede Nossa São Paulo, dos 96 distritos da cidade, 31 não mantêm sequer um leito hospitalar; 34, nenhum parque; e em 36 não há uma biblioteca pública. Em relação ao meio ambiente, os dados revelam que o total de área verde por habitante é 341,43 vezes maior em Parelheiros (o melhor índice) do que na Cidade Ademar (o pior), que possui apenas 0,77 m² por habitante – a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda um mínimo de 12 m² de área verde por habitante. A mortalidade infantil é 14,85 vezes mais grave no Pari do que em Pinheiros. O tempo médio de vida do morador de Cidade Tiradentes é de 53,85 anos; no Alto de Pinheiros, chega a 79,67.